

O interregno americano

Entrevista a Nancy Fraser por Alessandra Spano, para a New Left Review

Que tendências vê surgirem das crises social, sanitária e económica produzidas pela Covid-19? O que nos dizem as reconstruções pós-pandemia acerca da “crise dos cuidados”?

Quer a pandemia, quer as respostas à pandemia representam a irracionalidade e a capacidade de destruição do capitalismo. A crise dos cuidados já era evidente antes do aparecimento da Covid, mas foi grandemente exarcebada por esta. A condição pré-existente, por assim dizer, foi o capitalismo financeirizado - a forma particularmente predatória que tem dominado os últimos quarenta anos, erodindo progressivamente as nossas infra-estruturas públicas dos cuidados através do desinvestimento em nome da “austeridade”. Mas, de facto, qualquer forma de sociedade capitalista funciona permitindo que o[s] negócio[s] vão à boleia do trabalho de cuidados não remunerado. Ao subordinar a produção de trabalho à obtenção de lucros, estas sociedades albergam uma tendência auto-inscrita para a crise social e reprodutiva.

Mas o mesmo se aplica à actual crise climática, que reflecte uma dinâmica estrutural profunda fazendo com que o capital parasite livremente a natureza, sem pensar em reparação ou (re)aprovisionamento, desestabilizando periodicamente os ecossistemas e as comunidades que sustentam. O mesmo se aplica à nossa actual crise política, que reflecte o severo enfraquecimento dos poderes públicos pelas mega-empresas, pelas instituições financeiras, pelas revoltas fiscais dos ricos e que resultam num impasse e sub-investimento nas infraestruturas essenciais. Apesar de esta situação ter sido particularmente agravada pelo neoliberalismo, ela exprime uma tendência para a geração de crises políticas que se encontra fortemente enraizada em todas as formas de sociedades capitalistas. A crise dos cuidados está inextricavelmente interligada a outras disfunções - ecológicas, políticas, etno-raciais - que se somam a uma crise geral da ordem social.

Os efeitos da Covid para o ser humano teria sido horrível em qualquer circunstância. Mas foram piorados pelo facto de, neste período, o capital ter canibalizado o poder público - as capacidades colectivas que poderiam ter sido utilizadas para atenuar os efeitos da pandemia. Consequentemente, a resposta tem sido comprometida em muitos países, incluindo nos EUA, por décadas de desinvestimento em infraestruturas de saúde pública cruciais.

Nos EUA existe uma tendência para culpar o Trump. Mas isso é um erro. O desinvestimento já dura há décadas.

Durante a administração Clinton nos anos noventa foram dados os primeiros passos neste sentido.

Sim, toda uma série de administrações dos EUA, democratas e republicanas, desinvestiram em infraestruturas de saúde pública essenciais. Destruíram reservas de equipamento essencial, como os equipamentos de protecção individual (EPI), ventiladores e máscaras, esgotaram estruturas absolutamente essenciais - rastreamento de contactos, armazenamento e distribuição de vacinas - e subfinanciaram instituições fundamentais, como centros de investigação, hospitais públicos, unidades de cuidados intensivos, agências de saúde governamentais. Os cientistas chamaram a atenção para a possibilidade de mais uma epidemia viral, mas ninguém prestou atenção. Assim, quando a Covid chegou, os Estados Unidos estavam terrivelmente impreparados. Praticamente não possuíamos capacidade de rastreamento de contactos - e ainda não temos, mais de um ano depois. As autoridades de saúde pública não possuíam, simplesmente, capacidade de organizar tais rastreios e ainda não conseguimos criar tal capacidade.

O colapso dos sistemas públicos de cuidados, já de si frágeis, atirou todos os encargos para as famílias e as comunidades - e, em particular, para as mulheres, que são quem ainda faz a parte de leão do trabalho de cuidados não remunerado. Com o confinamento, os cuidados infantis e a escola foram, de repente, transferidos para dentro das casas, deixando as mulheres a assumirem estes encargos e acumulando-os com outras responsabilidades - e a terem que o fazer em pequenos espaços domésticos, incapazes de lidar com tal fardo. Muitas mulheres empregadas tiveram de desistir dos seus trabalhos para tomarem conta das crianças e outros familiares; muitas outras foram para o *lay off*. Um terceiro grupo de mulheres, suficientemente afortunadas para conseguirem manter o seu

trabalho e poderem trabalhar à distância a partir de casa – ao mesmo tempo que desempenhavam o trabalho dos cuidados, incluindo tomar conta dos miúdos que permaneceram em casa -, tiveram de levar o *multi-tasking* a todo um novo nível de loucura. Um quarto grupo, “as trabalhadoras essenciais”, enfrentam a ameaça diária de infecção nas linhas da frente, temendo trazer o vírus para casa e para as suas famílias. E fazem o que tem de ser feito – muitas vezes muito mal pagas -, para que outros, mais privilegiados, possam aceder aos bens e serviços de que necessitam para se isolarem em casa. Que mulheres encontramos em cada um destes grupos tem tudo a ver com classe e cor de pele. É que como se alguém tivesse injectado um corante no sistema circulatório do capitalismo, salientando todas as suas linhas de defeitos constitutivas.

Nos Estados Unidos, o surto da Covid foi seguido por uma onda de protestos impressionante, maioritariamente conduzida por jovens negros e negras, contra a violência policial racista. Terá o slogan “Black Lives Matter” ganhado um significado diferente durante a pandemia?

Essa é uma questão importante. Porque coincide o ressurgimento da actividade anti-racista militante com a pandemia da Covid? Assassinatos de pessoas negras pela polícia têm acontecido desde há muito tempo, assim como as lutas contra eles. Então, porque se tornaram os protestos tão grandes e tão sustentados naquele preciso momento, a meio de uma crise sanitária horrível? Alguns têm sugerido que os meses de confinamento criaram uma pressão psicológica intensa, que encontrou uma saída muito necessária nas ruas. Mas eu creio que há razões mais profundas, forjadas na crise, que provocaram alguns vislumbres importantes de percepção política. A compreensão de que estas duas expressões de racismo estrutural aparentemente distintas – a vulnerabilidade díspar à morte pelo vírus e a vulnerabilidade díspar de morte por violência policial – estão, de facto, ligadas e ambas têm a sua raiz no mesmo sistema social.

Na altura em que os protestos irromperam, em maio de 2020, era já claro que a população americana racializada, e em particular a população negra, contraía e morria desproporcionadamente de Covid. São quem tem piores cuidados de saúde e maior taxa de patologias pré-existentes, ligadas à pobreza e discriminação, e associadas a piores prognósticos para a Covid – asma, obesidade, stress, elevada pressão arterial. São quem enfrenta maiores riscos de exposição, graças aos empregos na linha da frente e que não podiam ser exercidos à distância, e a habitações sobrelotadas. Tudo isto foi amplamente noticiado pelos órgãos de

comunicação. E teve eco, conferindo um novo significado ao “Black Lives Matter”.

O slogan tem circulado desde 2014, quando o assassinato de Michael Brown pela polícia em Ferguson (Missouri) desencadeou o Movimento pelas Vidas Negras. Desde então que tem havido muita organização, incluindo grupos consciencialização e de leitura, formando uma nova geração de activistas militantes anti-racistas, especialmente activistas jovens racializados. Foi neste contexto, neste ambiente, que os relatos do impacto radicalizado da Covid foram recebidos e processados. Em cima disto tudo, acontece o assassinato do George Floyd pela polícia de Minneapolis, registado para que todo o mundo pudesse ver naquele vídeo revoltante e devastador. E acendeu-se o rasilho. Por outras palavras, o momento não foi uma coincidência.

A convergência da pandemia e dos protestos contra a violência policial exprimiram a expansão, o aprofundamento do *Black Lives Matter*. Um primeiro nível de significado foi que se as vidas negras importassem verdadeiramente para o sistema de “justiça” criminal dos EUA, então as múltiplas formas de violência racializada no seu seio não existiriam. Quando chegou a pandemia, também se tornou claro: as vidas negras não deveriam estar a perder-se e encurtar-se desproporcionadamente por esta mistura letal de exposição à infecção e problemas de saúde pré-existentes - apontando também para condições estruturais subjacentes.

O impacto eleitoral do BLM foi imensamente positivo, mais evidente no estado da Geórgia que passou de profundamente encarnado para azul, cedendo os seus votos do colégio eleitoral a Biden e mudando duas cadeiras no Senado, uma para um afro-americano e outra para um judeu (o que é uma novidade no Sul profundo dos EUA) e, assim, entregando aos Democratas o controlo do Senado. As dinâmicas aqui em acção incluíram a revolta suburbana contra Trump, bem como a participação massiva de negras e negros - esta última, sem dúvida, galvanizada pelo *Black Lives Matter*, mas também preparada durante anos pela organização “*get out to vote*” (“saíam e vão votar”) naquele mesmo Estado -, o trabalho árduo e sustentado de activistas no terreno como Stacey Abrams.

A derrota de Trump foi celebrada como uma vitória, mas não parece que o mesmo entusiasmo tenha sido suscitado pela vitória de Biden. Como lê o resultado das eleições americanas? Terá um “neoliberalismo progressista” derrotado o populismo reaccionário do bloco de Trump e o populismo

progressista de Sanders?

Permanecemos, para usar os termos de Gramsci, num interregno, em que o velho está a morrer mas o novo não pode nascer. Numa situação destas, tendemos a ter uma série de oscilações políticas, avanços e recuos entre alternativas que estão esgotadas e não podem ter sucesso. Actualmente, no entanto, ainda não saímos do Trumpismo para o “neoliberalismo político” de grande escala corporizado pelas administrações de Clinton e Obama. Isto ainda pode acontecer, é claro, mas neste momento o movimento do pêndulo está a ser verificado por uma entusiasmada ala esquerda do Partido Democrata. A derrota de Trump foi assegurada por uma aliança entre o *establishment* centro-neoliberal do partido - a ala Clinton-Obama -, e a sua oposição populista de esquerda - a ala Sanders-Warren-AOC. Sendo certo que os centristas engendraram a brutal ejeção do Sanders do processo das primárias, apesar da (ou, por causa da) sua forte projecção, para abrirem o caminho a que um, à época titubeante, Biden se tornasse o nomeado do partido. Mas, ao contrário de 2016, ambas as alas coalesceram na eleição geral. A facção de Sanders deu um apoio assaz audível a Biden contra Trump e, em troca, ganhou mais voz política.

O resultado final é que populistas progressistas e neoliberais progressistas estão agora em coligação. Os populistas são a parte mais fraca desta aliança e não estão representados no gabinete de Biden. Mesmo assim, a sua influência cresceu. Sanders é agora o responsável pela poderosa Comissão do Orçamento do Senado e é frequentemente entrevistado na televisão nacional, algo que é novo - nunca, anteriormente, havia sido tratado como porta-voz de relevo ou comentador. Também a “The Squad”, bancada liderada por AOC no Congresso, duplicou os seus membros, ganhando algumas importantes corridas na eleição de 2020.

Ao nível da política interna, os centristas deslocaram-se para a esquerda. Os Democratas em ambas as Câmaras (do Congresso e do Senado) votaram unanimemente o Plano de Apoios de Biden de 1.9 biliões de dólares, plano este que contém vários itens da lista de desejos dos populistas progressistas. Este pacote de apoios reflecte claramente a força e influência da ala de Sanders. No entanto, este Plano teve o apoio dos conselheiros económicos de Biden que, embora não estando certamente “à esquerda”, representam pelo menos uma ruptura parcial em relação aos antigos alunos da Goldman-Sachs que dirigiram o Departamento do Tesouro durante décadas e nos trouxeram a financeirização.

Liderados por Janet Yellen, a orientação da nova equipa é neo- ou quasi-Keynesiana; ainda que comprometidos com o “comércio livre”, renunciaram, pelo menos temporariamente, à lógica da austeridade, dando prioridade ao pleno emprego em detrimento da inflação baixa.

O actual estado da administração Biden representa uma formação de compromisso. A sua política de (re)distribuição funde alguns elementos reactivados do pensamento do *New Deal* com o lado do comércio livre da política económica neoliberal, ao mesmo tempo que a sua política de reconhecimento inclui, simultaneamente, elementos meritocráticos e igualitários. Encontramos aqui muitas tensões inerentes, e estas estão fadadas a irromper, mais cedo ou mais tarde. Resta saber quando e de que forma - e também se serão passíveis de serem resolvidas e em que moldes. De um modo geral, a aliança esquerda-liberais é instável e não durará para sempre. Mas pelo que será substituída, permanece pouco claro.

Uma variável-chave é em que extensão as políticas de Biden satisfarão uma população a recuperar não só das consequências sanitárias e económicas da pandemia, mas também das “condições pré-existentes”. Quarenta anos de desindustrialização e deslocalização, financeirização, perseguição de sindicatos, precarização do trabalho e degradação das infra-estruturas, bem como de violência policial, devastação ambiental e rompimento da rede segurança social: tudo o que funcionou para piorar as condições de vida dos mais pobres, da classe trabalhadora e das classes média-baixa e média.

Estes são os processos que desencadearam a deserção em massa do “neoliberalismo progressista” para os dois lados da revolta populista de 2016 - Trump, por um lado, e Sanders, pelo outro. E ambos os movimentos continuarão, de uma maneira ou de outra, enquanto tais processos continuarem. Portanto, o futuro do compromisso de Biden depende da sua capacidade de fazer suficientes concessões a favor da classe trabalhadora de modo a manter os populistas de esquerda no barco e de diminuir a força dos populistas de direita. E ainda, manter a classe dos investidores contente. Não é tarefa fácil.

A eleição de Kamala Harris provocou reacções distintas na esquerda, entre os que enfatizaram a eleição de uma mulher negra para Vice-Presidente e as que criticaram as suas antigas posições sobre a pena de morte e o encobrimento de abusos de autoridade enquanto Procuradora-

Geral da Califórnia. Qual é a sua análise?

Eu nunca fui uma grande entusiasta daquilo a que Anne Philips chamou a “política da presença”, a ideia de que eleger alguém que é parecida contigo – por exemplo, uma mulher ou pessoa racializada – é em si mesmo um grande feito. Ninguém que possua um único osso feminista pode apoiar a Thatcher. Para nós nos Estados Unidos isto é agora claro, creio, após termos elegido um afro-americano para a Presidência, em 2008. Muitas pessoas votaram com enormes esperanças numa grande mudança que o candidato cultivou deliberadamente através de uma retórica de inflamada. E o resultado foi uma profunda desilusão. Uma vez no poder, Obama abandonou rapidamente a conversa inspiradora e governou como um neoliberal progressista. Depois de uma tal experiência, ninguém que pense profundamente sobre política sentirá grande entusiasmo pela ascensão de Harris à Vice-Presidência. Temos um velho ditado: “À segunda só cai quem quer”.

De qualquer forma, Harris – ao contrário de Obama – não é nem uma política desconhecida, nem uma oradora inflamada. Tem um longo historial político como procuradora e administradora “dura com o crime” – e como agente política ambiciosa. Era preciso ser-se intencionalmente cega para pensar nela como um farol de “esperança e mudança”. Por outro lado, é brilhante e muito flexível, boa a ler mapas políticos e a ajustar o seu percurso em conformidade. É concebível que possa deslocar-se um pouco para a esquerda se tal servir as suas ambições, que incluem a Presidência, para a qual está agora a ser preparada como número dois de Biden e presumível sucessora. Mas na medida em que se trata de alguém que vai com a maré, é mais importante analisar a própria maré.

Quando o compromisso de Biden colapsar, como é inevitável, os liberais irão provavelmente atacar a esquerda e tentar ressuscitar o neoliberalismo progressista sob algum novo disfarce, da mesma forma que as forças do MAGA (*Make America Great Again*) irão tentar ressuscitar a sua alternativa reaccionário-populista. Nessa altura, a esquerda estará perante uma encruzilhada. Num dos cenários, dobrar-se-á sobre formas de política identitária pouco profundas e que conduzem à cultura do cancelamento e ao fetichismo da diversidade. Num outro cenário, fará um esforço sério para construir uma terceira alternativa, articulando uma política inclusiva de reconhecimento com uma política igualitária de redistribuição. A ideia será a de depurar os elementos pró-classe trabalhadora de cada um dos outros dois blocos e uni-los numa nova

coligação anti-capitalista, empenhada em lutar por toda a classe trabalhadora - não só as pessoas racializadas, migrantes e mulheres apoiantes de Sanders -, mas também seduzir - com base nos seus interesses económicos - os e as que desertaram para Trump. Uma tal coligação poderá ser entendida com uma versão de esquerda do populismo. Mas vejo-a menos como um ponto de chegada e mais como uma fase de transição, a caminho de algo mais radical - uma transformação estrutural profunda de todo o nosso sistema social. Tal exigirá não meramente uma política de populismo de esquerda, mas algo como um eco-socialismo democrático.